

1**Introdução¹**

Tudo se passa como se Portugal fosse para os portugueses como a Jerusalém para o povo judaico. Com uma diferença: Portugal não espera o Messias, o Messias é o seu próprio passado.

Eduardo Lourenço

Início esta introdução aparentemente contrariando o propósito de qualquer trabalho acadêmico: dissertar sobre seu objeto de estudo. Antes disso – e brevemente, prometo, porque o farei não mais do que em alguns parágrafos –, falarei de mim mesmo. Como muitos brasileiros, tenho uma significativa ascendência portuguesa. Meu pai, Manuel de Queiroz Monteiro, nasceu em Portugal, assim como minha avó materna. Minha linhagem, portanto, estabelece ramos sólidos com o país peninsular se vista de qualquer ângulo.

A história de meu pai, contudo, é o que desejo enfocar nestas primeiras linhas. Afinal, ela possui relação direta com esta dissertação. Manuel nasceu em uma região rural do concelho (é escrito assim mesmo em Portugal, e equivale a município no Brasil) de Mesão Frio, distrito de Vila Real, localizado ao norte do país, no Vale do Douro. A exemplo de seus tios maternos, ele também viria ao Brasil tentar uma vida melhor. Seus motivos, porém, obedeciam a uma outra questão: já com 15 anos de idade, temia-se na família sua participação na Guerra de Angola, de onde, dizia-se, voltavam legiões de mutilados e doentes.

Assim, ele chegou de navio ao Rio de Janeiro um ano depois do início da guerra civil na África. Às vésperas do casamento, resolveu retornar à sua terra, a qual não pisava havia 12 anos, a fim de apresentar sua futura esposa brasileira à família. Aportou em Portugal semanas antes do estouro da Revolução dos Cravos.

¹ Esta dissertação foi escrita de acordo com o novo acordo ortográfico regente desde 2009. A grafia das transcrições, obviamente, mantém o português utilizado antes desta reforma ortográfica, pois todas as obras que me serviram de base neste trabalho foram publicadas antes do presente ano. O mesmo vale para as citações dos livros editados e/ou escritos em Portugal: sua grafia mantém-se fiel à da original.

Parêntese: meu pai, nesta ocasião, já perdera o forte sotaque português. Vítima de gozações no tradicional Colégio São Bento, cujas caras mensalidades foram pagas pelos tios portugueses que prosperaram no Brasil, reeducou seu linguajar e expressão para se assemelhar ao povo com quem vivia. Quem o conhece julga falar com um autêntico carioca. Fim do parêntese.

Voltemos ao retorno no simbólico ano de 1974: aproveitando a passagem pela região rural onde vivera até os 15 anos de idade, Manuel resolveu visitar um antigo amigo de infância. Desejava apenas conversar com alguém que não via havia anos. Ele já era tratado por alguns daquele vilarejo como o “senhor engenheiro” – profissão que supostamente chamava a atenção dos moradores locais, que só tiveram acesso à luz elétrica nos anos 60.

Depois de Manuel esperar por mais de uma hora na sala de estar da casa do antigo amigo, eis que, finalmente, aparecia o rapaz. Recebeu-o fria e formalmente. Trajava um terno, marca indelével da negação de sua própria subalternidade. A conversa não prosseguiria: o anfitrião sentou de forma fria e calculada, limitando-se a monossílabos. Isso marcou profundamente meu pai. Acredito que esta pequena saga simbolize, de certa forma, a *portugalidade* de uma identidade cujas idiossincrasias tentarei apontar e esmiuçar neste trabalho.

E quanto à própria História de Portugal? Seria correto afirmar que este país vive no (e do) passado? Seu apogeu, cujo auge socioeconômico jaz distante pelo menos cinco séculos, na chamada era das Grandes Navegações, seria a força constituinte de uma identidade parasitária, fixada num tempo ido, de cujas glórias se alimenta e com as quais se identifica – e graças a elas, ratifico, também é capaz de identificar a si mesma neste processo – toda uma nação? Teria a identidade portuguesa, então, uma característica realmente única em relação à de outros países europeus também colonizadores, sem deixar de estar, ao mesmo tempo, inexoravelmente interligada às suas colônias?

Insisto: seria ela, a identidade portuguesa, realmente “diferente” da identidade de outros povos e nações em seus matizes e características principais? “Uma união de contrários sem ser uma parece ser o traço mais vincado da identidade dos Portugueses nos registros especulares de dois outros significantes: o estrangeiro e o colonizado” (Santos, 2001, 64), pondera Boaventura de Sousa Santos, no texto “Entre Prospero e Caliban”.

Porém, todo país tem uma historiografia própria. Então qual é o marco, qual é o ponto crucial – se é que há algum ou apenas um a se destacar – da História Portuguesa capaz de se configurar como definidor ou formador de sua identidade? Antes de tentarmos chegar a esta resposta, prestemos atenção numa significativa fala de Onésimo Teotônio Almeida. Em “Identidade nacional – algumas achegas ao debate português”, o professor da Brown University, nos Estados Unidos, oferece uma visão mais empírica da fragmentação da identidade lusitana ao citar exemplo próprio:

me senti micalense quando fui para a Terceira nos meus treze anos, mas senti-me açoriano no Continente e, na Espanha, senti-me português. Mais tarde, na América, senti-me europeu e, na China, sei que me senti ocidental. (...) Mas nenhum desses sentimentos aconteceu por exclusão dos outros. Ao longo da vida a nossa identidade (ou as nossas identidades) vão-se alargando para o universal. No entanto, todo o universal tem o seu chão. Negá-lo será enganar-nos a nós próprios na triste ilusão de que pertencemos apenas ao gênero humano (Almeida).

Devo abrir aqui mais um parêntese. A fragmentação da identidade portuguesa, cujas diretrizes são complexas e diversificadas, também se intensificou por outras duas vias cujos percursos serão meramente tangenciados aqui, precisamente nesta introdução, a fim de meramente esclarecer-vos acerca dos aspectos que desejo trabalhar nestas páginas. Por se tratar de matérias claramente importantes ao assunto em questão, ambas mereceriam – e já o têm, claro – muitos trabalho(s) dedicado(s) exclusivamente a elas e aos paradigmas delas advindos. Refiro-me, em suma, à questão demográfica dentro e fora de Portugal após a eclosão das Navegações e ao jugo espanhol que durou 60 anos, imposto menos de um século depois da gloriosa descoberta do Caminho das Índias.

A primeira é consequência óbvia do fluxo e refluxo advindo das Grandes Navegações. Graças à descoberta de outros povos e nações, muitos saíam de Portugal em busca de uma vida melhor, ao mesmo tempo em que o país atraía estrangeiros e arrebanhava escravos. O trecho a seguir é de Joaquim Romero Magalhães, retirado do livro *História de Portugal – Volume III – Alvorecer da Modernidade*:

A expansão marítima portuguesa sofreu durante o século XVI com o problema dos fracos efectivos demográficos do reino. A introdução massiva de escravos foi uma

das soluções. A qual, por sua vez, provocava uma excessiva saída de naturais (...) E abria-se sem limitações de naturalidade (sim de religião) a entrada de homens de Castela e de outros reinos. (...) Com a união dinástica cresce a mistura dos portugueses com os castelhanos. Portugueses, e não poucos, emigram para as Índias de Castela. Castelhanos e outros “espanhóis” para Portugal e para o Brasil. Artilheiros flamengos e alemães também andam por Portugal e pelos domínios portugueses. As novas terras atraíam aventureiros e miseráveis, na ânsia de melhores vidas (Magalhães, 1997, 472).

O segundo aspecto, para encerrar o brevíssimo resumo que, repito, não será posto em debate por mim, é uma das grandes máculas dos quase 900 anos de História Portuguesa: a anexação do país à Espanha, sua vizinha peninsular, entre os anos de 1580 e 1640. Eduardo Lourenço talentosamente consegue, em *O Labirinto da Saudade*, conferir as palavras certas à sensação de impotência que acomete uma nação quando o fatídico apagar das luzes se dá justamente no momento de seu maior brilho no palco:

Á hora exacta da nossa glória excessiva, o espanhol, enfim unido, começava a levantar a sua sombra imensa, ao mesmo tempo sobre a nossa aventura e a imagem dela no tempo europeu, até assumir em nosso nome tanto uma como outra. Colombo colhendo num lance de dados sem igual os louros próximos do Gama (Lourenço, 20).

Fecho aspas. Retomo agora meu norte...

O processo notadamente labiríntico que parece ser a própria gênese da formação da identidade portuguesa soa-nos como uma realidade solidamente inquestionável. Como insiste Almeida², embora densa e ramificada, essa identidade possui um chão, ou seja, uma base originária. Vejamos a seguinte afirmação de Eduardo Lourenço em outro texto, “As Descobertas como mito e o mito das Descobertas”:

Toda a leitura do nosso passado como digno de memória está suspensa do “facto” Descobertas. E como essa leitura é uma trama densa de textos em que esse “facto” se comentou, glosou, cantou, analisou, mais raramente se discutiu, nela e com ela se constitui o mito português por excelência do povo descobridor. Não temos outro. (...) o discurso mítico de Portugal articulou-se em torno das Descobertas (Lourenço, 1997, 139).

Depreende-se que a leitura do passado de Portugal esteja inexoravelmente ligada ao fato histórico intitulado Descobertas. Defendo que a origem da

² ibid.

fragmentação que caracterizaria essa identidade teve seu nascedouro neste momento histórico. Como disse o professor da Universidade de Coimbra Manuel Villaverde Cabral, em “Conteúdo e relevância da identidade nacional portuguesa”, “toda e qualquer concepção primordialista da identidade nacional entra, rapidamente, em flagrantes contradições sempre que se muda de nação: o que serve de “identidade” a umas parece já não servir a outras” (Cabral).

Falo, então, especificamente do paradigma identitário de Portugal. Ao buscar o outro – seja esse outro povo, país, nação, terra, riquezas ou simplesmente o que ainda está desconhecido –, o português desbravador acabaria por encontrar a si mesmo – ou um outro de si. No livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, Stuart Hall assevera que

a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem (Hall, 2006, 11).

O choque inevitável entre o eu e o outro seria moldador de uma nova identidade para ambos. No caso dos Descobrimentos, a própria relação colonizador-colonizado ver-se-ia irremediavelmente afetada: não há descoberta sem interação com o novo, não há interação sem a consequente mudança do que somos – ou do que fomos. Assim se dá o processo de (re)descoberta português: das viagens empíricas, transcorrem as viagens dentro de cada um...

As Naus, livro lançado originalmente em solo português por António Lobo Antunes no ano de 1988, é a obra cuja estruturação e narrativa, feitas à moda fragmentada, potencializam tal viés. Por conta disso, resolvi dividir em duas partes o primeiro capítulo após a introdução: a primeira, a grosso modo, a versar sobre a quebra do estatuto do Real na obra de arte e de que forma isso se aplicaria ao romance de Lobo Antunes; a segunda, esmiuçando um dos principais aspectos que evidenciaram o estilhaçamento de sua narrativa: o imbricamento do tempo. Este romance, enfim, reflete o quão eterno é esse tempo português. Tempo de não-viver, tempo que reflete uma Nação incapaz de ser plena em seu presente por ver-se presa a seu passado.

E este passado está inexorável e diretamente relacionado com outros clássicos da Literatura Portuguesa que também tratavam da saga marítima. Falo de *Os Lusíadas* e *Mensagem*. Em *As Naus*, as duas obras, direta e indiretamente,

dialogam a todo momento com o texto de António Lobo Antunes – seja na enunciação deste passado e na desconstrução de Camões, por exemplo, seja na acidez e visão crítica, à moda de Pessoa, sobre o que resta de um país que se perdeu ao mirar seu próprio mar.

Suponho que é impossível destrinchar alguns aspectos da identidade desta Nação sem considerá-la uma escrava de sua própria memória. Os dois capítulos seguintes de minha dissertação tentam analisar tal hipótese por diferentes prismas. Ei-los: o olhar de Lobo Antunes sobre si mesmo, como que espelhando o olhar do próprio país também sobre si; o que seria a tristeza, a melancolia ou essa espécie de mal-viver que, como eu mesmo – e outros autores, claro – assevero, pode ser considerado um traço de veras português; e, por fim, como se enreda, na narrativa d'*As Naus*, a reinvenção ou o esquecimento dessa própria memória.

Lembremos a experiência pessoal de Lobo Antunes. Sua escrita pode ser um reinventar de si próprio, a fim de que se possa, talvez, emergir das profundezas desse oceano de mágoas e arrependimentos. O que ele viveu na Guerra de Angola serviu-lhe como motor e espelho (distorcido, talvez) de sua própria narrativa.

Como é demonstrado n'*As Naus*, não pode haver um passado em um país onde o que se considera o outrora funciona de forma embrionária com o agora, formando, eles dois, uma espécie de presente continuado cujo futuro, não obstante o resfolegar de sua condição, jamais será alcançado. Esmiuçarei esse paradoxo existencial português nos próximos capítulos. Por enquanto, fiquemos com uma assertiva de Boaventura de Sousa Santos acerca da nítida ambivalência entre o eu e o outro na relação colonizador-colonizado. Sua transcrição dá ainda mais escopo a esta teoria ao salientar que

a ambivalência das representações não decorre apenas de não haver uma distinção clara entre a identidade do colonizador e a do colonizado. Decorre também de essa distinção estar inscrita na própria identidade do colonizador. A identidade do colonizador português não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele. Contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem (...) A identidade do colonizador português é, assim, duplamente dupla. É constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado (ibid, 42).

É uma relação marcada, obviamente, pela troca posterior a qualquer descoberta. Trata-se de uma redundância cuja evidenciação, porém, justifica a

colocação da seguinte ênfase: toda troca é sempre subjacente ao contato com o novo. Troca física, intelectual, sexual, econômica – e até identitária, objeto de estudo deste trabalho. Para justificar meu recorte, transcrevo abaixo mais uma fala de Lourenço:

A questão, no interior do discurso que a cultura portuguesa institui por causa das Descobertas e em torno delas, não é a da sua incontornável presença e onnipresença como mito, pois isso é manifesto, mas a de saber por que motivo um acontecimento histórico empírico como as Descobertas marítimas dos Portugueses se tornou para nós – e, até certo ponto para a cultura ocidental – um mito de glosa aparentemente inesgotável (1997, 140).